

Poder Judiciário
Justiça Federal
Conselho da Justiça Federal – CJF
Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento - DP
Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO
Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SUPRO
Divisão de Contabilidade e Custos – DICOS

Demonstrações Contábeis

Órgão 12000 – Justiça Federal

3º Trimestre de 2023



Brasília (DF), 31 de outubro de 2023

Sumário

Lista de Siglas	4
Apresentação	5
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	6
Declaração do Contador.....	7
Fatos Relevantes	8
1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022.	8
2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos.....	8
3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.....	8
Demonstrações Contábeis	9
Balanço Patrimonial – BP	9
Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	10
Balanço Orçamentário – BO.....	12
Balanço Financeiro – BF	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC.....	15
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	17
NOTA 1 – BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores.....	17
NOTA 2 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores	19
NOTA 3 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis	20
NOTA 4 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	24
NOTA 5 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo	26
NOTA 6 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	27
NOTA 7 – DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas.....	28
NOTA 8 – DVP – VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	30
NOTA 9 – DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas	32
NOTA 10 – DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	34
NOTA 11 – BO – RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.....	36
NOTA 12 – BO – DESPESAS CORRENTES	38
NOTA 13 – BF – INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária	39
NOTA 14 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária	40
NOTA 15 – BF – INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade	41
NOTA 16 – BF – DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas	44

NOTA 17 – BF – DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária	45
NOTA 18 – DFC – Fluxos de Caixa - por Atividade.....	46
NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa	48
Referências.....	49

Lista de Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BF – Balanço Financeiro

BGU – Balanço Geral da União

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CCONT/STN – Coordenação Geral de Contabilidade

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CJF – Conselho da Justiça Federal

DCJF – Demonstrações Contábeis da Justiça Federal

DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOU – Diário Oficial da União

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

JF – Justiça Federal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público Conselho

RPV - Requisições de Pequeno Valor

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TRF – Tribunal Regional Federal

Apresentação

A Justiça Federal é composta pelo conjunto dos órgãos do Poder Judiciário cuja competência, prevista no art. 109 da Constituição Federal de 1988, é o julgamento de ações nas quais a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem como autoras ou rés, bem como intervenientes de qualquer natureza.

A Constituição de 1988 promoveu significativas modificações na estrutura da Justiça Federal, extinguindo o Tribunal Federal de Recursos e criando os cinco Tribunais Regionais Federais e o Conselho da Justiça Federal (Lei n. 11.798/2008).

Ressalta-se que em 21 de outubro de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.226/2021, que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte e jurisdição no estado de Minas Gerais, bem como modifica a composição do Conselho da Justiça Federal. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região foi oficialmente instalado no dia 19 de agosto de 2022.

Cabe aos Tribunais Regionais Federais (art. 108 da CF/1988) processar e julgar os recursos provenientes das Seções Judiciárias a eles vinculados, bem como ações de sua competência originária (ações rescisórias, conflitos de competência, crimes cometidos por pessoas com prerrogativa de foro etc.). A própria Constituição Federal, no art. 27, § 6º, do ADCT, incumbiu-se de criar os cinco primeiros tribunais regionais federais, que passaram a ser em número de seis, desde a edição da Lei n. 14.226/2021. Regulamentando esse dispositivo, foi editada a Lei n. 7.727/1989, que estabeleceu a composição inicial de cada tribunal com alterações dadas pelas Leis n. 8.914/1994, 8.915/1994, 9.967/2000, 9.968/2000 e 14.253/2021.

Durante a década de 1990, a Justiça Federal de Primeira Instância sofreu enorme ampliação, com a criação de novas varas em todas as regiões. Nesse período, incrementou-se, também, o processo de interiorização desta Justiça, o que é, mais acentuadamente, levado a efeito com a edição da Lei n. 10.772/2003, que criou 183 novas varas. Ressalta-se que, com a Lei n. 8.251, de 24 de outubro de 1991, foram criadas as Seções Judiciárias do Tocantins, do Amapá e de Roraima.

O Conselho da Justiça Federal é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões administrativas possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

Nesse contexto, enquanto Setorial Contábil, o CJF é responsável pela análise das Demonstrações Contábeis da Justiça Federal (DCJF), onde são consolidadas as contas de todo o órgão 12000 – Justiça Federal. Destaca-se que as DCJF subsidiam a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – DCON, as quais compõem o Balanço Geral da União – BGU.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal -DCJF são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Preparadas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCJF consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) da Justiça Federal. Sendo assim, a elaboração das DCJF teve como subsídio as informações prestadas pelas setoriais regionais de contabilidade que compõem a estrutura da Justiça Federal.

No presente relatório estão evidenciadas as DCJF relativas ao 3º Trimestre de 2023. Embora não seja exigida pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

As estruturas e a composição das DCJF estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As DCJF trimestrais contemplam ainda Notas Explicativas, que, segundo definição do MCASP, são informações adicionais às constantes dos quadros dos demonstrativos contábeis e são consideradas parte integrante das demonstrações, tendo objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo, portanto, serem claras, sintéticas e objetivas (STN, 2021).

A moeda de apresentação nas demonstrações contábeis é o Real.

A análise das DCJF materializa-se por meio da avaliação dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que são acompanhados das suas respectivas Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e sua análise foi complementada com auxílio do Tesouro Gerencial.

Declaração do Contador

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas da Justiça Federal - Órgão 12000, referentes ao 3º Trimestre de 2023, refletindo a conformidade contábil, sendo pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, referentes ao 3º Trimestre de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual SIAFI.

Brasília-DF, 31 de outubro de 2023

Danillo Teixeira de Souza
CRC nº DF-020599/O
Contador Responsável

Fatos Relevantes

1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022.

Em substituição à Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019, a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/CJF editou a Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, que trata do Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS, com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora, em atendimento ao Acórdão 1331/2019 – TCU (TC 013.643/2019), o qual determina:

- a) a revisão dos procedimentos de registro do passivo relativo à sentença judicial transitada em julgado entre 03/04 e 31/12 que resulte em precatório;
- b) a revisão das orientações sobre os procedimentos de registro contábil dos precatórios quanto à reclassificação dessa obrigação do longo prazo para o curto prazo antes do encerramento do exercício.

2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos

Para atender os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, nº 1331/2019-Plenário e nº 1437/2020-Plenário, os quais determinaram a realização de ajustes nos procedimentos que impactam a contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados e reincluídos, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN desenvolveu rotina contábil para que os lançamentos tenham reflexo nas Demonstrações Contábeis da devida entidade, com equivalentes registros em contas de controle deste Órgão, a fim de evitar distorções nas informações.

Nesse sentido, o Conselho da Justiça Federal, como Órgão Central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, orientou os Tribunais Regionais Federais quanto aos procedimentos necessários para a apuração e contabilização dos valores de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017.

3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017

A edição da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispôs em seu art. 2º sobre o cancelamento de precatórios e RPV federais, cujos valores não tivessem sido levantados pelo credor e estivessem depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial, teve grande impacto, desde a sua edição, nas Demonstrações Contábeis da Justiça Federal.

Em 30/06/2022, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5755, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o cancelamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPVs) não levantados pelo credor no período de dois anos, conforme previsto na Lei 14.463/2017, é inconstitucional.

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial – BP

ATIVO		NE	2023	2022	PASSIVO		NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			2.635.417.929	2.344.484.097	PASSIVO CIRCULANTE			1.682.244.074	2.704.873.554
Caixa e Equivalentes de Caixa			2.439.812.166	2.099.925.455	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		4	1.419.077.267	2.371.843.330
Créditos a Curto Prazo			130.244.131	183.163.006	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores		1	133.086.734	186.006.006	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			31.130.065	22.796.793
Estoques			35.771.027	38.230.172	Provisões a Curto Prazo		5	2.043.563	24.233.349
VPDs Pagas Antecipadamente			29.590.605	23.165.465	Demais Obrigações a Curto Prazo		6	229.993.055	285.999.278
ATIVO NÃO CIRCULANTE			6.608.082.946	6.393.951.638	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			278.093	278.093
Ativo Realizável a Longo Prazo			4.221.320	4.627.451	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo			-	-
Créditos a Longo Prazo			4.221.320	4.627.451	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores		2	4.221.320	4.627.451	Obrigações Fiscais a Longo Prazo			-	-
Investimentos			9	9	Demais Obrigações a Longo Prazo			278.093	278.093
Participações Permanentes			-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			1.682.522.168	2.705.151.647
Demais Investimentos Permanentes			9	9					
Demais Investimentos Permanentes			9	9					
Imobilizado			6.424.104.179	6.213.248.465					
Bens Móveis			693.831.852	705.344.797					
Bens Móveis			1.518.253.249	1.499.385.967					
Bens Imóveis			5.730.272.326	5.507.903.668					
Bens Imóveis		3	5.744.690.116	5.522.814.992					
Intangível			179.757.438	176.075.712					
Softwares			179.691.657	176.009.931					
Softwares			249.026.098	233.869.747					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			65.782	65.782					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			65.782	65.782					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					ESPECIFICAÇÃO			2023	2022
					Reservas de Capital			-	-
					Ajustes de Avaliação Patrimonial			-	-
					Demais Reservas			354.261.970	47.199
					Resultados Acumulados			7.206.716.738	6.033.236.888
					Resultado do Exercício			1.308.492.571	162.756.532
					Resultados de Exercícios Anteriores			6.033.236.888	6.114.584.830
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			7.560.978.708	6.033.284.088
TOTAL DO ATIVO			9.243.500.875	8.738.435.735	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			9.243.500.875	8.738.435.735

Fonte: Siafi Web

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		154.821.250.806	151.310.429.596
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		108.882.471	98.756.813
Impostos		659	-
Taxas		108.881.812	98.756.813
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		124.475.124	120.155.892
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		124.475.124	120.155.892
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		197.183	2.655.997
Juros e Encargos de Mora		161.374	2.651.159
Variações Monetárias e Cambiais		35.809	4.838
Transferências e Delegações Recebidas	7	154.375.733.685	150.730.048.574
Transferências Intragovernamentais		154.329.918.880	150.711.364.331
Transferências Intergovernamentais		182	55.307
Outras Transferências e Delegações Recebidas		45.814.623	18.628.937
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		48.476.581	102.509.613
Reavaliação de Ativos		231.861	35.658.291
Ganhos com Incorporação de Ativos		46.215.863	48.723.648
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.028.857	18.127.674
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8	163.485.762	256.302.707
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		398	50.531
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		163.485.364	256.252.176
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		153.512.758.235	149.611.023.174
Pessoal e Encargos	9	7.273.042.435	6.890.561.305
Remuneração a Pessoal		5.769.596.984	5.457.116.478
Encargos Patronais		1.026.121.164	1.052.057.251
Benefícios a Pessoal		408.094.842	316.696.192
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		69.229.446	64.691.384
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.683.670.100	1.540.103.031
Aposentadorias e Reformas		1.380.012.178	1.264.390.626
Pensões		241.357.091	226.714.320
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		62.300.831	48.998.084
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.299.970.585	1.009.723.859
Uso de Material de Consumo		26.647.519	22.444.372
Serviços		1.180.581.473	913.710.499
Depreciação, Amortização e Exaustão		92.741.592	73.568.988
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		148.109	44.312

Juros e Encargos de Mora		74.837	43.948
Descontos Financeiros Concedidos		73.271	363
Transferências e Delegações Concedidas	10	103.063.912.410	100.578.122.904
Transferências Intragovernamentais		103.040.682.757	100.542.424.595
Transferências ao Exterior		2.500.000	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		20.729.653	35.698.309
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11	40.145.932.025	39.558.946.938
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		166.317.401	6.674.174
Perdas Involuntárias		844.054	581.727
Incorporação de Passivos		39.885.361.480	39.533.317.698
Desincorporação de Ativos		93.409.090	18.373.339
Tributárias		43.150.882	28.213.705
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.479.515	1.478.553
Contribuições		41.671.367	26.735.152
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		2.931.689	5.307.120
Premiações		2.607	77.253
Incentivos		54.595	64.949
Constituição de Provisões		23.391	3.779.484
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		2.851.096	1.385.434
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.308.492.571	1.699.406.422

Fonte: Siafi Web

Balanco Orçamentário – BO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	76.277.901	76.277.901
Receitas Tributárias		-	-	76.217.097	76.217.097
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	182	182
Outras Receitas Correntes		-	-	60.623	60.623
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	12	-	-	60.623	60.623
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	76.277.901	76.277.901
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	76.277.901	76.277.901
DEFICIT		-	-	51.344.253.404	51.344.253.404
TOTAL		-	-	51.420.531.304	51.420.531.304

Fonte: Siafi Web

Balanco Orçamentário – BO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	13	15.065.771.604	15.043.341.462	50.924.602.658	49.539.735.610	49.354.081.241	(35.881.261.196)
Pessoal e Encargos Sociais		12.276.672.991	12.276.672.991	14.005.750.443	13.192.672.965	13.041.307.997	(1.729.077.452)
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.789.098.613	2.766.668.471	36.918.852.216	36.347.062.645	36.312.773.244	(34.152.183.745)
DESPESAS DE CAPITAL		411.789.039	434.219.181	495.928.646	390.483.283	384.572.996	(61.709.465)
Investimentos		393.162.170	418.592.312	157.307.304	51.861.942	45.951.656	261.285.008
Inversões Financeiras		18.626.869	15.626.869	338.621.342	338.621.341	338.621.341	(322.994.473)
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		15.477.560.643	15.477.560.643	51.420.531.304	49.930.218.893	49.738.654.237	(35.942.970.661)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		15.477.560.643	15.477.560.643	51.420.531.304	49.930.218.893	49.738.654.237	(35.942.970.661)
TOTAL		15.477.560.643	15.477.560.643	51.420.531.304	49.930.218.893	49.738.654.237	(35.942.970.661)

Fonte: Siafi Web

Balanco Financeiro – BF

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Receitas Orçamentárias		76.277.901	106.193.038	Despesas Orçamentárias		51.420.531.304	50.244.072.779
Ordinárias		-	-	Ordinárias		33.625.476.435	30.815.966.860
Vinculadas		77.558.131	114.182.323	Vinculadas	17	17.795.054.869	19.428.105.919
Educação		69.993	35.084.167	Seguridade Social (Exceto Previdência)		15.967.757.252	17.072.106.671
Previdência Social (RPPS)		-	-	Previdência Social (RPPS)		1.695.538.229	1.586.946.573
Alienação de Bens e Direitos		-	2.316	Dívida Pública		2.184	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		77.487.173	79.095.764	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		131.757.204	769.052.675
Recursos a Classificar		965	76			-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(1.280.230)	(7.989.285)			-	-
Transferências Financeiras Recebidas		154.329.918.880	150.711.364.331	Transferências Financeiras Concedidas		103.040.380.944	100.542.424.595
Resultantes da Execução Orçamentária	14	150.395.956.117	147.421.287.642	Resultantes da Execução Orçamentária	18	100.049.032.191	98.115.447.067
Cota Recebida		50.380.245.320	49.422.564.009	Repasso Concedido		5.815.365	5.678.188
Repasso Recebido		1.723.638	1.240.056	Sub-repasso Concedido		99.999.751.844	97.997.268.079
Sub-repasso Recebido		99.999.751.844	97.997.268.079	Cota Devolvida		29.229.668	112.285.304
Sub-repasso Devolvido		14.235.314	215.497	Sub-repasso Devolvido		14.235.314	215.497
Independentes da Execução Orçamentária	15	3.933.962.764	3.290.076.689	Independentes da Execução Orçamentária	15	2.991.348.753	2.426.977.528
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.912.419.076	2.667.168.980	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.578.241.089	1.909.181.035
Demais Transferências Recebidas		8.901.307	585.192.807	Demais Transferências Concedidas		5.337.980	9.010.434
Movimentação de Saldos Patrimoniais		12.642.381	37.714.902	Movimento de Saldos Patrimoniais		407.769.684	508.786.058
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		2.516.945.065	2.195.302.304	Pagamentos Extraorçamentários		2.122.342.887	1.452.764.287
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		191.564.655	38.551.016	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		58.708.001	21.308.867
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.490.312.412	1.427.155.777	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.430.941.767	1.053.615.797
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		516.924.119	366.147.065	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		632.351.832	377.837.787
Outros Recebimentos Extraorçamentários		318.143.879	363.448.445	Outros Pagamentos Extraorçamentários		341.287	1.835
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		909.132	608.049	Valores Compensados		34.296	-
Restituições a Pagar		21.759	781.524	Demais Pagamentos		306.992	1.835
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		10.566	548			-	-
Arrecadação de Outra Unidade	16	317.202.423	361.945.199			-	-
Valores para Compensação		-	113.125			-	-
Saldo do Exercício Anterior		2.099.925.455	1.838.632.972	Saldo para o Exercício Seguinte		2.439.812.166	2.612.230.984
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.099.925.455	1.838.632.972	Caixa e Equivalentes de Caixa		2.439.812.166	2.612.230.984
TOTAL		159.023.067.301	154.851.492.644	TOTAL		159.023.067.301	154.851.492.644

Fonte: Siafi Web

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	825.588.723	1.007.335.035
INGRESSOS	155.240.355.647	151.546.544.829
Receita Tributária	76.217.097	69.130.919
Receita de Serviços	-	42.688
Outras Receitas Derivadas e Originárias	60.623	36.964.124
Transferências Recebidas	182	55.307
Intragovernamentais	182	-
Outras Transferências Recebidas	-	55.307
Outros Ingressos Operacionais	155.164.077.746	151.440.351.792
Ingressos Extraorçamentários	516.924.119	366.147.065
Restituições a Pagar	21.759	781.524
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.566	548
Transferências Financeiras Recebidas	154.329.918.880	150.711.364.331
Arrecadação de Outra Unidade	317.202.423	361.945.199
Valores para Compensação	-	113.125
DESEMBOLSOS	(154.414.766.924)	(150.539.209.794)
Pessoal e Demais Despesas	(49.453.269.111)	(48.495.188.001)
Judiciário	(7.103.791.283)	(6.558.151.353)
Essencial à Justiça	(344.262)	(246.107)
Administração	(7.747)	(9.497)
Previdência Social	(1.570.145.792)	(1.453.649.924)
Educação	(2.179)	-
Encargos Especiais	(40.779.886.979)	(40.483.739.169)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	909.132	608.049
Transferências Concedidas	(1.288.423.751)	(1.123.757.576)
Intragovernamentais	(1.285.923.751)	(1.123.757.576)

Outras Transferências Concedidas	(2.500.000)	-
Outros Desembolsos Operacionais	(103.673.074.063)	(100.920.264.217)
Dispêndios Extraorçamentários	(632.351.832)	(377.837.787)
Transferências Financeiras Concedidas	(103.040.380.944)	(100.542.424.595)
Valores Compensados	(34.296)	-
Demais Pagamentos	(306.992)	(1.835)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(485.702.012)	(233.737.024)
DESEMBOLSOS	(485.702.012)	(233.737.024)
Aquisição de Ativo Não Circulante	(119.371.502)	(131.454.000)
Outros Desembolsos de Investimentos	(366.330.510)	(102.283.024)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	339.886.711	773.598.011
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.099.925.455	1.838.632.972
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.439.812.166	2.612.230.984

Fonte: Siafi Web

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE	2.635.417.929	2.344.484.097	12,41%	28,51%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.439.812.166	2.099.925.455	16,19%	26,39%
Créditos a Curto Prazo	130.244.131	183.163.006	(28,89%)	1,41%
Demais Créditos e Valores	133.086.734	186.006.006	(28,45%)	1,44%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(2.842.602)	(2.843.000)	(0,01%)	(0,03%)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	35.771.027	38.230.172	(6,43%)	0,39%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	29.590.605	23.165.465	27,74%	0,32%
TOTAL DO ATIVO	9.243.500.875,45	8.738.435.734,61	5,78%	100,00%

Dentre as contas que compõem os “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 3º Trimestre de 2023 foi a de **Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada**, respondendo por 50,15% do total, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	66.740.015	50,15%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	24.573.522	18,46%
Cred a Rec Decor de Infrac Leg e Contratuais	10.252.242	7,70%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	10.150.813	7,63%
Cred a Rec de Acerto Finan C/Servidor/Ex Serv	9.610.967	7,22%
13 Salário - Adiantamento	4.419.472	3,32%
Cred a Rec Por Cessão de Áreas Publicas	2.914.482	2,19%
Adiantamentos a Fornecedores	1.401.393	1,05%
Adiantamento Concedido	1.348.715	1,01%
Outros	1.675.113	1,26%
TOTAL	133.086.734	100,00%

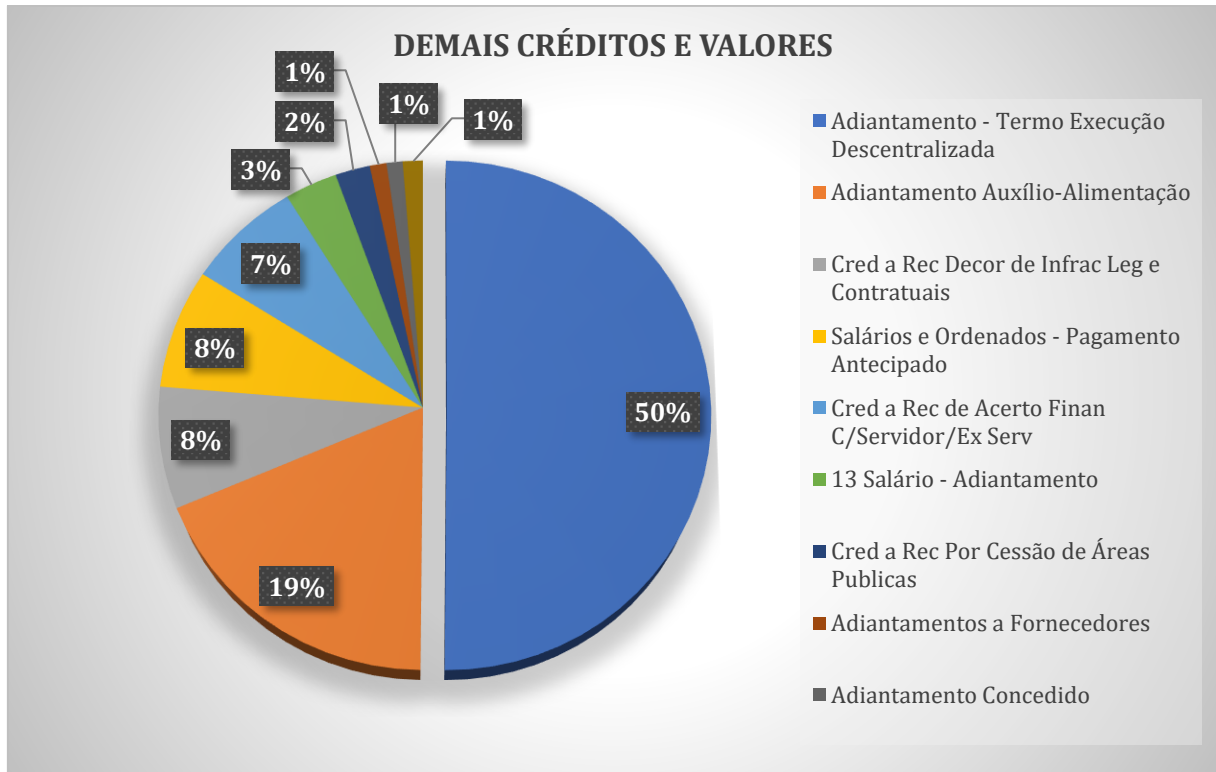


Gráfico 1

NOTA 2 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.608.082.946	6.393.951.638	3,35%	71,49%
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.221.320	4.627.451	(8,78%)	0,05%
Créditos a Longo Prazo	4.221.320	4.627.451	(8,78%)	0,05%
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	-	-
Demais Créditos e Valores	4.221.320	4.627.451	(8,78%)	0,05%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	9.243.500.875	8.738.435.735	5,78%	100%

Dentre as contas que compõem “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 3º Trimestre de 2023 foi a de “Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração”, respondendo por 58,6% do total de Créditos a Longo Prazo, seguida pela conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, com 34,58%. As duas contas, juntas, respondem por 93,18% do total dos Créditos a Longo Prazo, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Cred Por ConCessão Direit Uso/Exploração Bens	2.473.662	58,60%
Creditos a Rec Decorrentes de Infrações-Lg Pz	1.459.856	34,58%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	130.365	3,09%
Cred a Rec Por Acerto Finan C/Serv e Ex-Serv	124.661	2,95%
Indenizações e Restituições a Receber	32.775	0,78%
TOTAL	4.221.320	100,00%

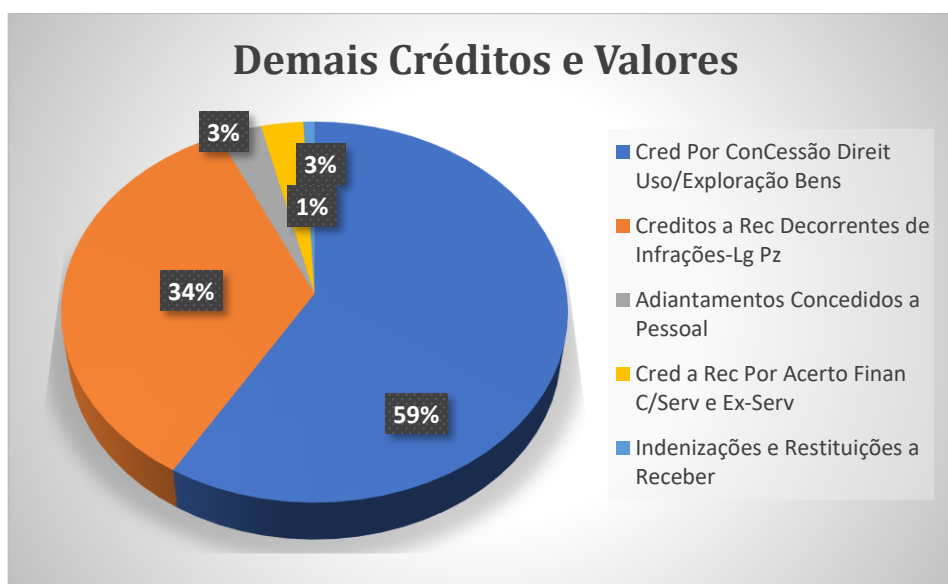


Gráfico 2

NOTA 3 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.608.082.946	6.393.951.638	3,35%	71,49%
Imobilizado	6.424.104.179	6.213.248.465	3,39%	69,50%
Bens Móveis	693.831.852	705.344.797	(1,63%)	7,51%
Bens Móveis	1.518.253.249	1.499.385.967	1,26%	16,43%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(824.421.397)	(794.041.171)	3,83%	(8,92%)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-
Bens Imóveis	5.730.272.326	5.507.903.668	4,04%	61,99%
Bens Imóveis	5.744.690.116	5.522.814.992	4,02%	62,15%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(14.417.789)	(14.911.323)	(3,31%)	(0,16%)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	9.243.500.875	8.738.435.735	5,78%	100,00%

O Imobilizado, que representa 97,22% do total do Ativo Não Circulante, é composto por 10,8% de Bens Móveis e 89,2% de Bens Imóveis, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2023	AV
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.221.320	0,06%
Investimentos	9	0,00%
Imobilizado	6.424.104.179	97,22%
Intangível	179.757.438	2,72%
Total	6.608.082.946	100,00%

IMOBILIZADO (Líquido de Depreciação Acumulada)	2023	%
Bens Móveis	693.831.852	10,80%
Bens Imóveis	5.730.272.326	89,20%
TOTAL	6.424.104.179	100,00%

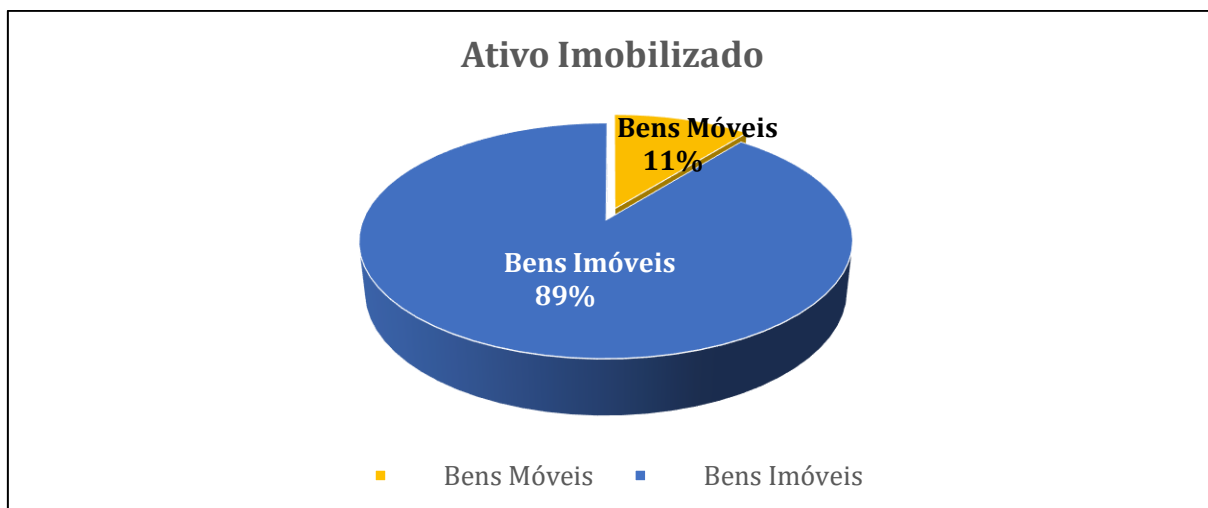


Gráfico 3

A Justiça Federal atualmente possui registrado um total bruto de R\$ 5.744.690.116 em Bens Imóveis. A maior concentração está em edifícios, conforme a seguir demonstrado:

BENS IMÓVEIS (valores brutos por conta)	2023	%
Edifícios	4.161.287.622	72,44%
Terrenos/Glebas	500.594.846	8,71%
Obras Em Andamento	357.659.010	6,23%
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	217.053.588	3,78%
Armazéns/Galpoes	195.166.082	3,40%
Instalações	86.143.488	1,50%
Salas	70.811.147	1,23%
Imóveis de Uso Educacional	60.840.000	1,06%
Imóveis Residenciais / Comerciais	36.988.102	0,64%
Estacionamentos e Garagens	24.667.847	0,43%
Demais Imóveis	33.478.383	0,58%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.744.690.116	100,00%
Depreciação acumulada bens imóveis	(14.417.789)	-
Valor líquido de bens imóveis	5.730.272.326	-

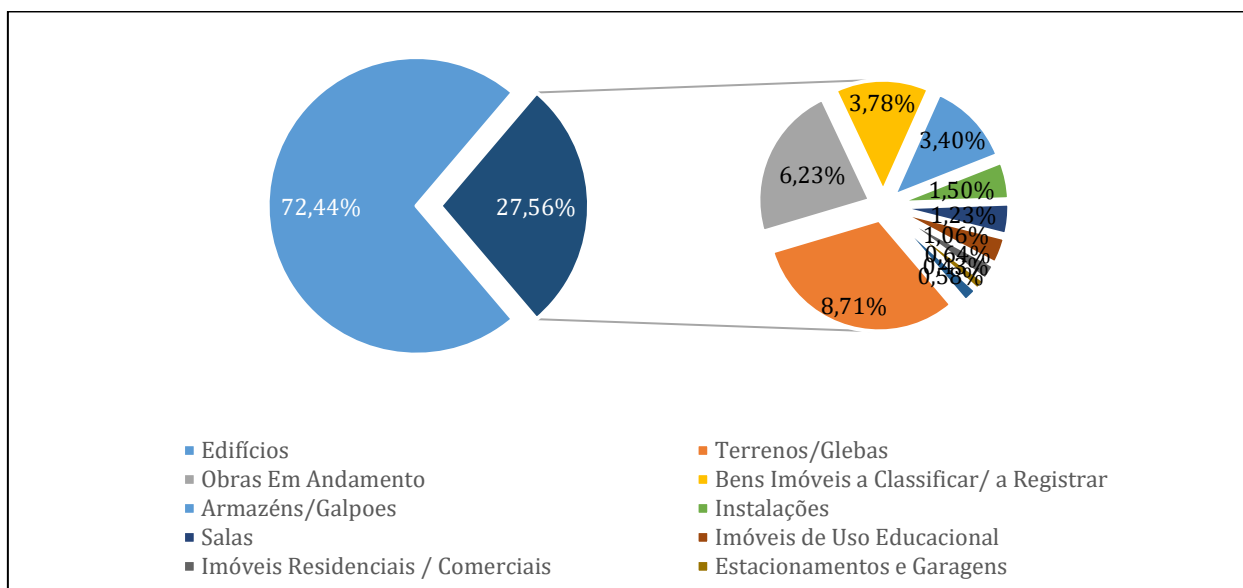


Gráfico 4

Outra possibilidade de visualizar a composição dos itens que compõem os Bens Imóveis da Justiça Federal, encontra-se no quadro a seguir:

Bens Imóveis (valores brutos por item)	2023	%
Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet	5.057.766.863	88,04%
Bens Imóveis Em Andamento	375.039.962	6,53%
Demais Bens Imóveis	217.053.588	3,78%
Instalações	86.143.488	1,50%
Benfeitorias Em Propriedade de Terceiros	8.393.570	0,15%
Bens de Uso Especial Não Registrados Spiunet	292.644	0,01%
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	0	-
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.744.690.116	100,00%
Depreciação acumulada bens imóveis	(14.417.789)	-
Valor líquido de bens imóveis	5.730.272.326,45	-

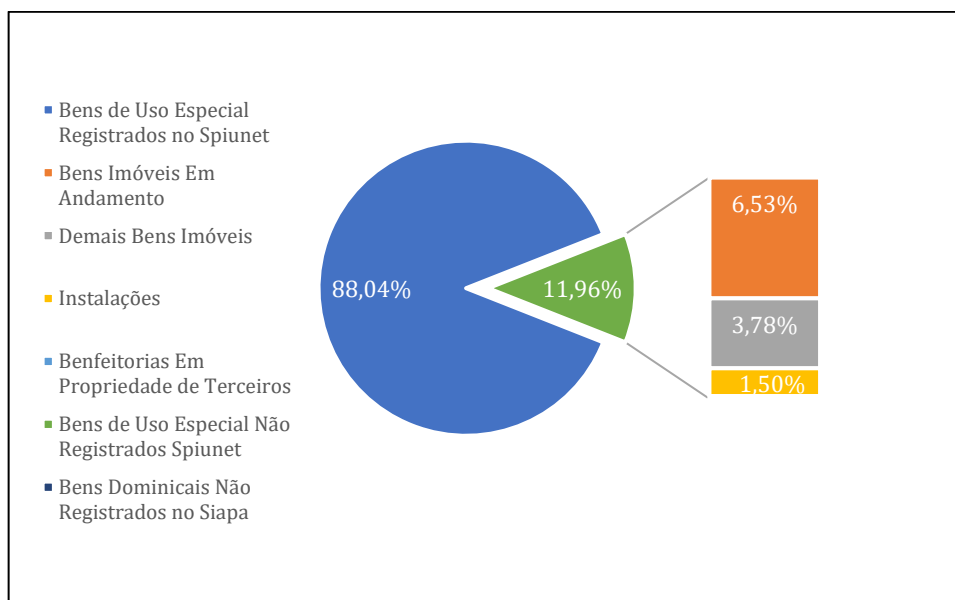


Gráfico 5

Do total de R\$ 4.161.287.622 que a Justiça Federal possui registrado em “Edifícios”, que corresponde a 72,44% do total dos Bens Imóveis, verifica-se que a 2ª Região concentra a maior parcela, seguida pela 4ª e 1ª Regiões, respectivamente, conforme abaixo:

EDIFÍCIOS (POR REGIÃO)	2023	%
2ª Região	946.796.541	22,75%
4ª Região	872.069.634	20,96%
1ª Região	858.387.869	20,63%
3ª Região	742.429.384	17,84%
5ª Região	448.706.343	10,78%
6ª Região	211.175.903	5,07%
Conselho da Justiça Federal	81.721.947	1,96%
TOTAL DE EDIFÍCIOS	4.161.287.622	100,00%

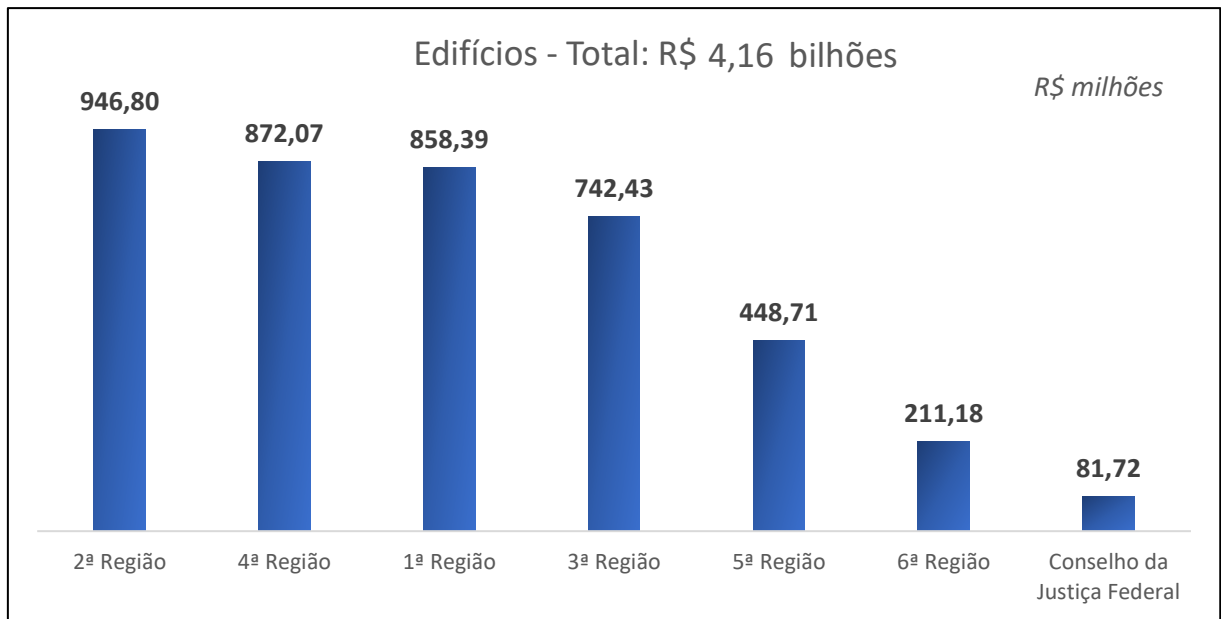


Gráfico 6

NOTA 4 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	1.682.244.074	2.704.873.554	(37,81%)	18,21%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.419.077.267	2.371.843.330	(40,17%)	15,36%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.130.065	22.796.793	36,55%	0,34%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	124	804	(84,53%)	0,00%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	2.043.563	24.233.349	(91,57%)	0,02%
Demais Obrigações a Curto Prazo	229.993.055	285.999.278	(19,58%)	2,49%
TOTAL DO PASSIVO	9.236.082.376	8.738.435.735	5,69%	100,00%

A variação negativa de 40,17% na conta “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” decorre dos pagamentos realizados no 3º Trimestre de 2023 referentes aos valores que haviam sido inscritos em Restos a Pagar relativos a Precatórios de Benefícios Previdenciários.

Verifica-se que o item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” corresponde a 84,36% do total do Passivo Circulante da Justiça Federal, no 3º Trimestre de 2023, conforme a seguir demonstrado:

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.419.077.267	84,36%
Demais Obrigações a Curto Prazo	229.993.055	13,67%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.130.065	1,85%
Provisões a Curto Prazo	2.043.563	0,12%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	124	0,00%
Total	1.682.244.074	100,00%

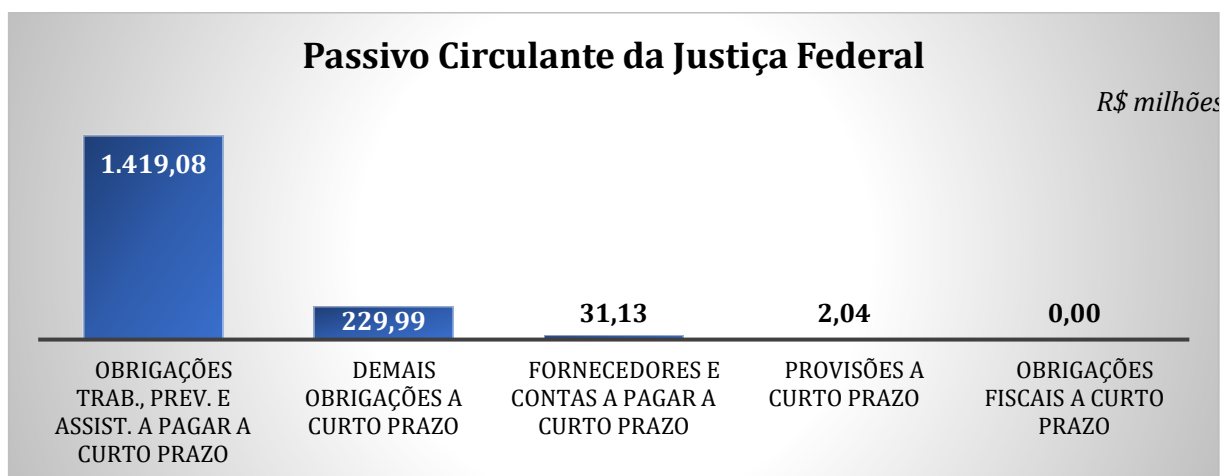


Gráfico 7

O item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” está composto da seguinte maneira:

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2023	%
Pessoal a Pagar - Consolidação	1.304.607.366	91,93%
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	110.509.382	7,79%
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consol.	3.365.133	0,24%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	524.346	0,04%
Benefícios Assistenciais a Pagar/Consolidação	71.040	0,01%
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS-Estado	-	-
Total	1.419.077.267	100,00%

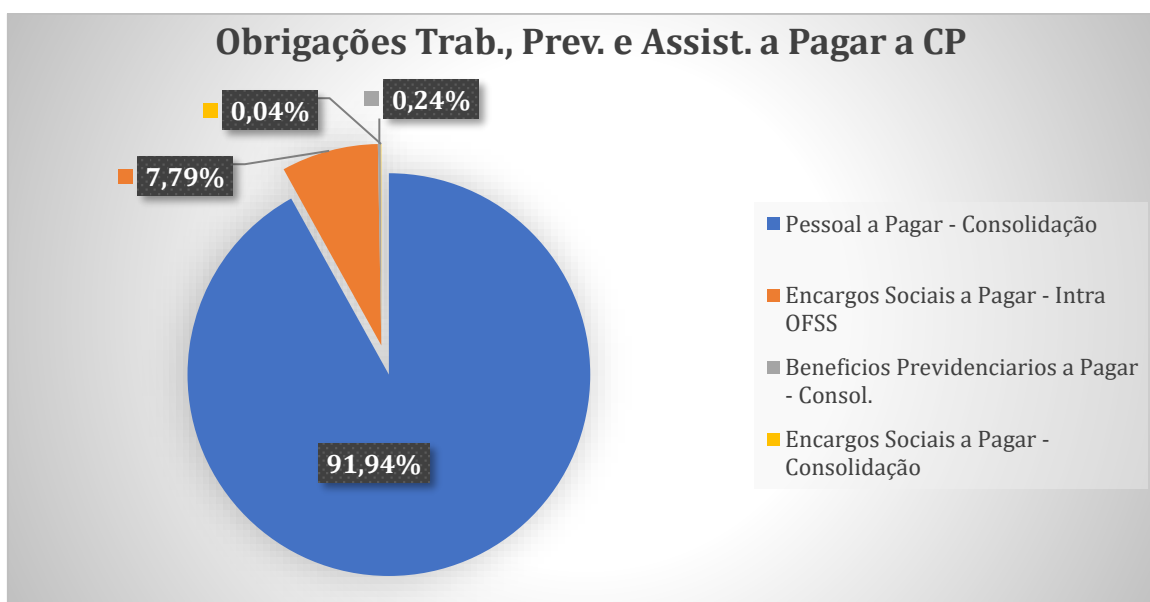


Gráfico 8

NOTA 5 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	1.682.244.074	2.704.873.554	(37,81%)	18,21%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.419.077.267	2.371.843.330	(40,17%)	15,36%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.130.065	22.796.793	36,55%	0,34%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	124	804	(84,53%)	0,00%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	2.043.563	24.233.349	(91,57%)	0,02%
Demais Obrigações a Curto Prazo	229.993.055	285.999.278	(19,58%)	2,49%
TOTAL DO PASSIVO	9.236.082.376	8.738.435.735	5,69%	100,00%

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.419.077.267	84,36%
Demais Obrigações a Curto Prazo	229.993.055	13,67%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.130.065	1,85%
Provisões a Curto Prazo	2.043.563	0,12%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	124	0,00%
Total	1.682.244.074	100,00%

Verifica-se que as Provisões a Curto Prazo representam 0,12% do total do Passivo Circulante. O valor corresponde, basicamente, a estimativas realizadas pelas unidades do TRF da 1ª Região e TRF da 6ª Região relativas à prestação de serviços médicos e odontológicos - AMOS PRÓ-SOCIAL, dos valores a pagar que serão empenhados no exercício de 2023.

NOTA 6 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	1.682.244.074	2.704.873.554	(37,81%)	18,21%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.419.077.267	2.371.843.330	(40,17%)	15,36%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.130.065	22.796.793	36,55%	0,34%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	124	804	(84,53%)	0,00%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	2.043.563	24.233.349	(91,57%)	0,02%
Demais Obrigações a Curto Prazo	229.993.055	285.999.278	(19,58%)	2,49%
TOTAL DO PASSIVO	9.236.082.376	8.738.435.735	5,69%	100,00%

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.419.077.267	84,36%
Demais Obrigações a Curto Prazo	229.993.055	13,67%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.130.065	1,85%
Provisões a Curto Prazo	2.043.563	0,12%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	124	0,00%
Total	1.682.244.074	100,00%

Verifica-se que o item “Demais Obrigações a Curto Prazo” corresponde a 13,67% do total do Passivo Circulante. O referido item está composto da forma a seguir demonstrada:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2023	%
Valores Restituíveis	222.427.924	96,71%
Outras Obrigações a Curto Prazo	7.565.131	3,29%
Total	229.993.055	100,00%

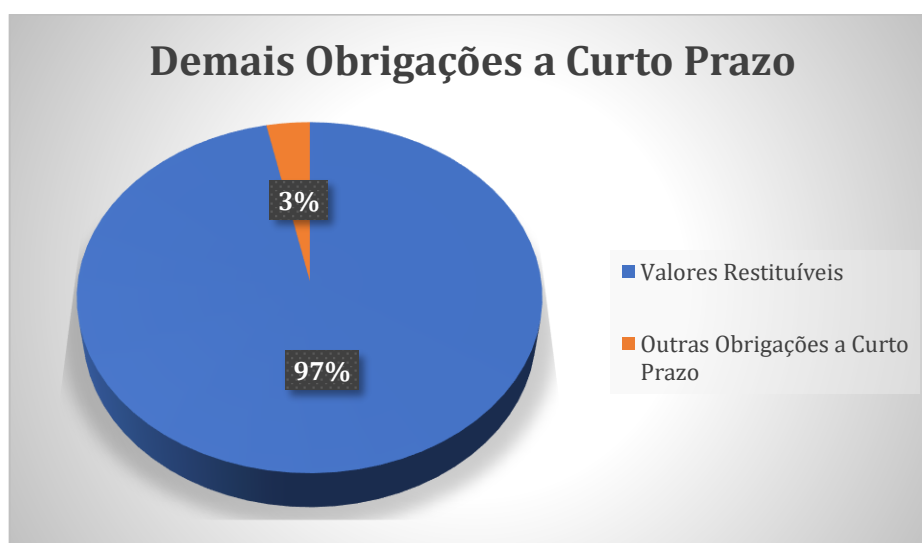


Gráfico 9

NOTA 7 – DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	154.821.250.806	151.310.429.596	2,32%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	108.882.471	98.756.813	10,25%	0,07%
Impostos	659	-	-	0,00%
Taxas	108.881.812	98.756.813	10,25%	0,07%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	124.475.124	120.155.892	3,59%	0,08%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	124.475.124	120.155.892	3,59%	0,08%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	197.183	2.655.997	(92,58%)	0,00%
Juros e Encargos de Mora	161.374	2.651.159	(93,91%)	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	35.809	4.838	640,15%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	154.375.733.685	150.730.048.574	2,42%	99,71%
Transferências Intragovernamentais	154.329.918.880	150.711.364.331	2,40%	99,68%
Transferências Intergovernamentais	182	55.307	(99,67%)	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	45.814.623	18.628.937	145,93%	0,03%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	48.476.581	102.509.613	(52,71%)	0,03%
Reavaliação de Ativos	231.861	35.658.291	(99,35%)	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	46.215.863	48.723.648	(5,15%)	0,03%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.028.857	18.127.674	(88,81%)	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	163.485.762	256.302.707	(36,21%)	0,11%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	398	50.531	(99,21%)	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	163.485.364	256.252.176	(36,20%)	0,11%

Do quadro acima verifica-se que dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Recebidas”, a qual representa 99,71% do total.

A quase totalidade das Transferências e Delegações Recebidas advém de Transferências Intragovernamentais (99,97%), conforme demonstrado abaixo:

Especificação	2023	%
Transferências Intragovernamentais	154.329.918.880	99,97%
Transferências Intergovernamentais	182	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	45.814.623	0,03%
Transferências e Delegações Recebidas	154.375.733.685	100,00%

O total das Transferências Intragovernamentais, por seu turno, é composto por 64,78% de Sub-repasse Recebido, 32,63% de Cota Recebida e 2,59% relativos a outras transferências, conforme a seguir demonstrado:

Especificação	2023	%
Sub-Repasse Recebido	99.999.751.844	64,78%
Cota Recebida	50.380.245.320	32,63%
Outros	3.995.736.520	2,59%
Transferências e Delegações Recebidas	154.375.733.685	100,00%

Cabe ressaltar que a Justiça Federal recebe a Cota da STN, e repassa para as UGs intermediárias, que por seu turno, irão sub-repassar para as UGs executoras.

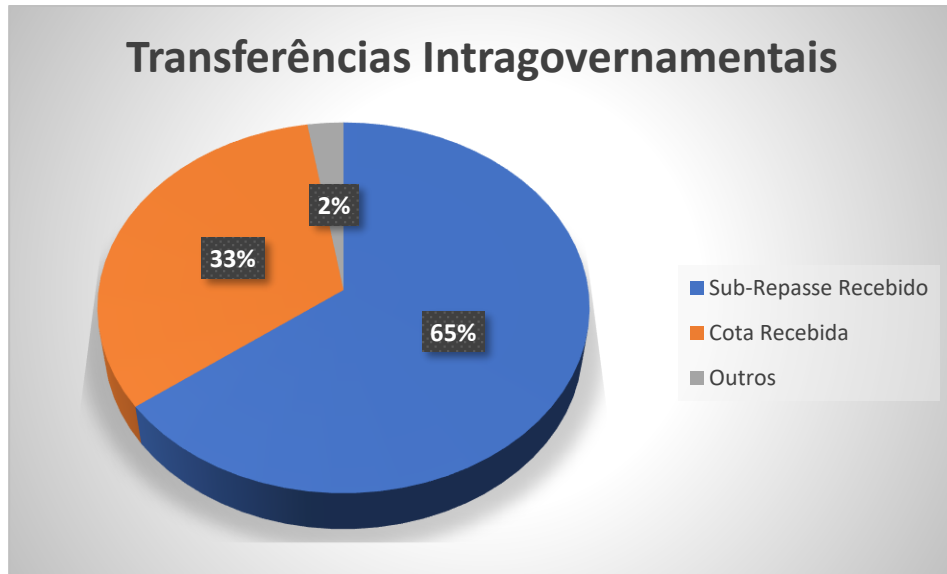


Gráfico 10

NOTA 8 – DVP – VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	154.821.250.806	151.310.429.596	2,32%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	108.882.471	98.756.813	10,25%	0,07%
Impostos	659	-	-	0,00%
Taxas	108.881.812	98.756.813	10,25%	0,07%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	124.475.124	120.155.892	3,59%	0,08%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	124.475.124	120.155.892	3,59%	0,08%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	197.183	2.655.997	(92,58%)	0,00%
Juros e Encargos de Mora	161.374	2.651.159	(93,91%)	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	35.809	4.838	640,15%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	154.375.733.685	150.730.048.574	2,42%	99,71%
Transferências Intragovernamentais	154.329.918.880	150.711.364.331	2,40%	99,68%
Transferências Intergovernamentais	182	55.307	(99,67%)	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	45.814.623	18.628.937	145,93%	0,03%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	48.476.581	102.509.613	(52,71%)	0,03%
Reavaliação de Ativos	231.861	35.658.291	(99,35%)	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	46.215.863	48.723.648	(5,15%)	0,03%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.028.857	18.127.674	(88,81%)	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	163.485.762	256.302.707	(36,21%)	0,11%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	398	50.531	(99,21%)	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	163.485.364	256.252.176	(36,20%)	0,11%

Do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” o item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” corresponde à quase totalidade total:

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2023	%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	163.485.364	100,00%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	398	0,00%
Total	163.485.762	100,00%

O valor do item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”, por sua vez, é composto majoritariamente por “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, responsável por 84,75% dos lançamentos, ou R\$ 138,55 milhões, aproximadamente, conforme demonstrado a seguir:

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2023	%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	138.554.410	84,75%
Multas Adm, Contratuais e Judiciais - Consoli	15.439.275	9,44%
Fatos Geradores Diversos	9.491.679	5,81%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	163.485.364	100,00%

O valor de “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, por Região, está demonstrado a seguir:

Restituições	2023	%
Conselho da Justiça Federal	1.292.092	0,93%
1ª Região	51.373.562	37,08%
2ª Região	8.953.967	6,46%
3ª Região	37.342.935	26,95%
4ª Região	6.968.288	5,03%
5ª Região	27.586.987	19,91%
6ª Região	5.036.579	3,64%
Total	138.554.410	100,00%

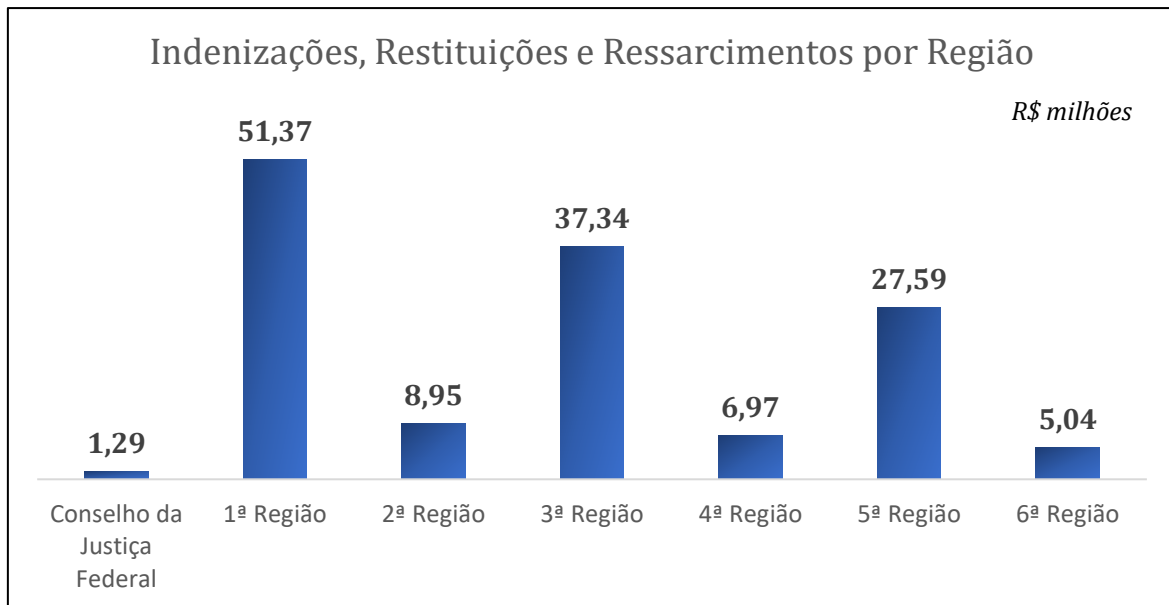


Gráfico 11

NOTA 9 – DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	153.512.758.235	149.611.023.174	2,61%	100,00%
Pessoal e Encargos	7.273.042.435	6.890.561.305	5,55%	4,74%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.683.670.100	1.540.103.031	9,32%	1,10%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.299.970.585	1.009.723.859	28,75%	0,85%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	148.109	44.312	234,24%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	103.063.912.410	100.578.122.904	2,47%	67,14%
Transferências Intragovernamentais	103.040.682.757	100.542.424.595	2,48%	67,12%
Transferências ao Exterior	2.500.000	-	-	0,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	20.729.653	35.698.309	(41,93%)	0,01%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	40.145.932.025	39.558.946.938	1,48%	26,15%
Tributárias	43.150.882	28.213.705	52,94%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.931.689	5.307.120	(44,76%)	0,00%

Dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Concedidas”, com 67,14% do total, conforme demonstrado no quadro anterior.

Do total de “Transferências e Delegações Concedidas” 99,98% são referentes a “Transferências Intragovernamentais” e 0,02% referentes a “Outras Transferências e Delegações Concedidas”.

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Transferências Intragovernamentais	103.040.682.757	99,98%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	23.229.653	0,02%
Total	103.063.912.410	100,00%

Os 99,98% de “Transferências Intragovernamentais” são compostos por 97,03% referentes a “Repasse e Sub-repasse Concedido” e 2,5% a “Transferências Concedidas para pagamento de Restos a Pagar”, dentre outros, conforme demonstrado no quadro a seguir (percentuais em relação ao total de “Transferências e Delegações Concedidas”):

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Transferências Intragovernamentais	103.040.682.757	99,98%
Sub-Repasse Concedido	99.999.751.844	97,03%
Transferências Concedidas Para Pgto de RP	2.578.241.089	2,50%
Movimento de Saldos Patrimoniais	407.769.684	0,40%
Demais Transferências Intragovernamentais	54.920.139	0,05%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	23.229.653	0,02%
Total	103.063.912.410	100,00%

Em relação somente ao total de Transferências Intragovernamentais, os Repasses e Sub-repasses concedidos correspondem a 97,05%, e as Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar representam 2,5%, conforme a seguir demonstrado:

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Sub-Repasso Concedido	99.999.751.844	97,05%
Transferências Concedidas Para Pgto de RP	2.578.241.089	2,50%
Movimento de Saldos Patrimoniais	407.769.684	0,40%
Demais Transferências Intragovernamentais	54.920.139	0,05%
Total	103.040.682.757	100,00%

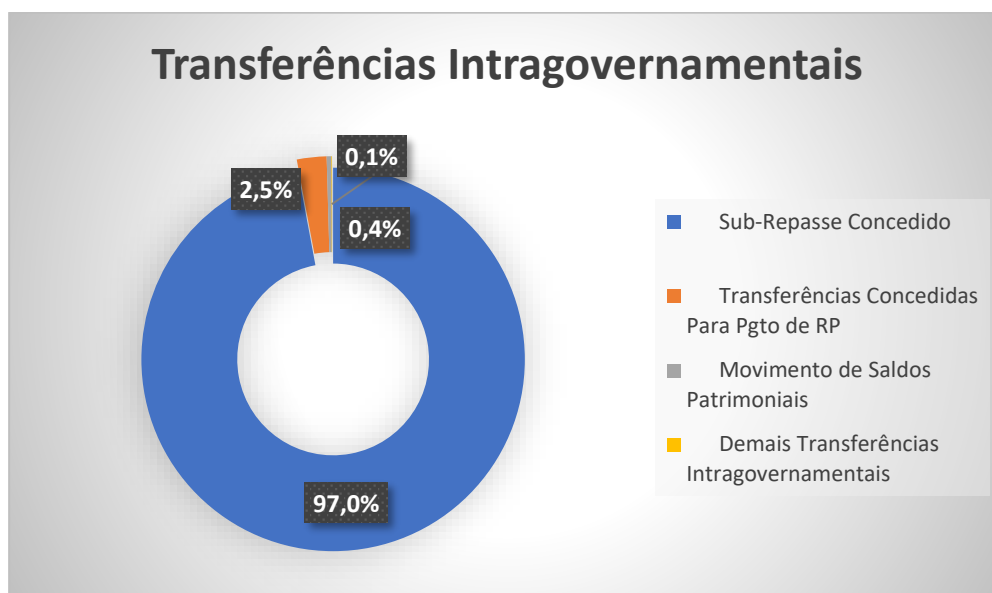


Gráfico 12

NOTA 10 – DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	153.512.758.235	149.611.023.174	2,61%	100,00%
Pessoal e Encargos	7.273.042.435	6.890.561.305	5,55%	4,74%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.683.670.100	1.540.103.031	9,32%	1,10%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.299.970.585	1.009.723.859	28,75%	0,85%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	148.109	44.312	234,24%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	103.063.912.410	100.578.122.904	2,47%	67,14%
Transferências Intragovernamentais	103.040.682.757	100.542.424.595	2,48%	67,12%
Transferências ao Exterior	2.500.000	-	-	0,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	20.729.653	35.698.309	(41,93%)	0,01%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	40.145.932.025	39.558.946.938	1,48%	26,15%
Tributárias	43.150.882	28.213.705	52,94%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.931.689	5.307.120	(44,76%)	0,00%

A conta “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, que representa 26,15% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, é composta, em sua maioria por “Incorporação de Passivos” relativos à transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento. Essas incorporações de passivos representam 99,35% desse grupo., conforme abaixo:

Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2023	%
Incorporação de Passivos	39.885.361.479,79	99,35%
Reavaliação de Bens Imóveis	166.170.117,56	0,41%
Desincorporação de Ativos	93.409.090,24	0,23%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	469.575,43	0,00%
Perdas Involuntárias Com Estoques	374.372,15	0,00%
Reavaliação de Bens Móveis	147.283,58	0,00%
Outras Perdas Involuntárias	106,46	0,00%
Total	40.145.932.025,21	100,00%

O valor da Incorporação de Passivos, por Região, está demonstrado a seguir:

Incorporação de Passivos por Região	2023	%
Conselho da Justiça Federal	8.065.563,70	0,02%
1ª Região	16.574.456.314,22	41,29%
2ª Região	3.916.028.566,66	9,75%
3ª Região	7.397.588.522,47	18,43%
4ª Região	6.837.134.984,04	17,03%
5ª Região	5.412.055.206,84	13,48%
6ª Região	602.867,28	0,00%
Total	40.145.932.025,21	100,00%

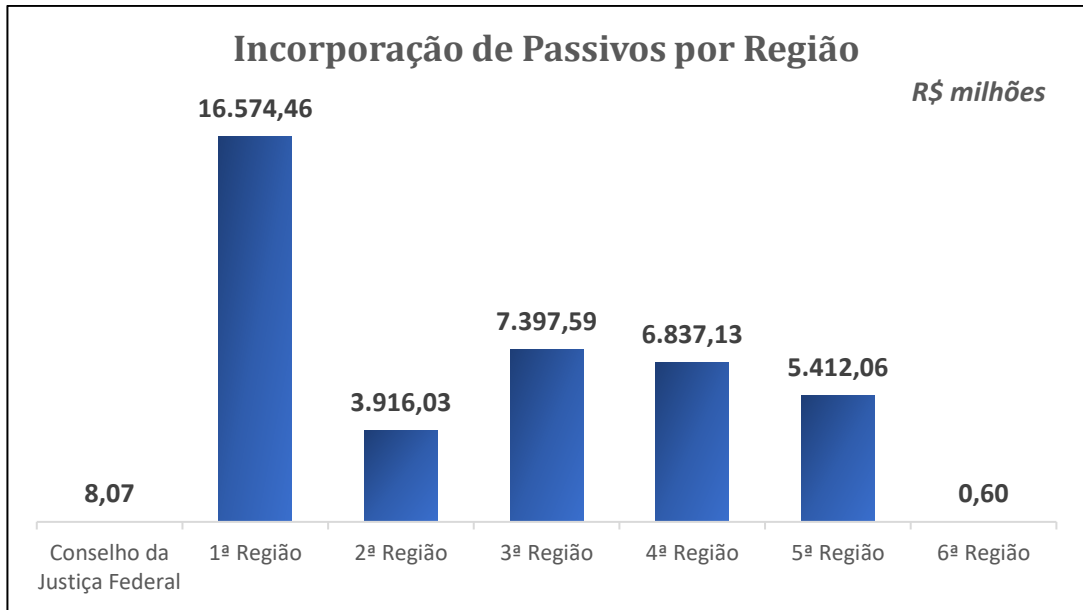


Gráfico 13

NOTA 11 - BO - RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	76.277.901	76.277.901
Receitas Tributárias	-	-	76.217.097	76.217.097
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	182	182
Outras Receitas Correntes	-	-	60.623	60.623
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	60.623	60.623
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	76.277.901	76.277.901
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	76.277.901	76.277.901
DEFICIT	-	-	51.344.253.404	51.344.253.404
TOTAL	-	-	51.420.531.304	51.420.531.304

O cancelamento dos precatórios e RPV, em virtude da edição da Lei nº 13.463/17 gerou impacto no Balanço Orçamentário da Justiça Federal. Nesse contexto, o item “Outras Receitas Correntes - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, alcançou, no 3º Trimestre de 2023, o valor de R\$ 60.622,62 de recursos arrecadados e registrados no BO por meio do Cód. Recolhimento de GRU nº 18898-0 - STN DEV.PRECATORIO CANCELADO - LEI 13.463/17 e 18899-0 - STN DEV.RPV CANCELADO - LEI 13.463/17.

Contudo, esse valor não representa a totalidade dos recursos arrecadados em função da lei, tendo em vista que a maior parte é registrada diretamente no patrimônio da Fazenda Nacional.

É importante frisar que em virtude da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5755, de 30/06/2022, a partir da referida data não houve mais cancelamento de precatórios cujos valores não tenham sido sacados pelos credores no prazo de dois anos, conforme determinava o art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.

Do total das Receitas Realizadas 99,92% são de origem “Tributária – Emolumentos e Custas Judiciais” e 0,08% derivadas de “Outras Receitas Correntes - Restituições de Sentenças Judiciais não Sacadas”, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Receitas Tributárias	76.217.097	99,92%
Receitas de Serviços	0	0,00%
Transferências Correntes	182	0,00%
Outras Receitas Correntes	60.623	0,08%
Total	76.277.901	100,00%

Outra forma de visualizar as “Receitas Correntes Realizadas” está demonstrada no quadro a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Emolumentos e Custas Judiciais	76.217.097	99,92%
Restituições de Sentenças Judiciais não sacadas	60.623	0,08%
Outras Transf.Conv.Uniao e Suas Entid.-Princ.	182	0,00%
Receitas Correntes a Classificar	-	0,00%
Total	76.277.901	100,00%

A distribuição dos valores de “Receitas Tributárias Realizadas – Emolumentos e Custas Judiciais”, por Região, estão apresentados no quadro a seguir:

Receitas Tributárias - Emolumentos e Custas Judiciais	2023	%
1ª Região	16.351.516	21,45%
2ª Região	9.913.740	13,01%
3ª Região	21.570.949	28,30%
4ª Região	17.614.068	23,11%
5ª Região	5.748.330	7,54%
6ª Região	5.018.494	6,58%
Total	76.217.097	100,00%

NOTA 12 – BO – DESPESAS CORRENTES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	15.043.341.462	50.924.602.658	(35.881.261.196)	339%
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991	14.005.750.443	(1.729.077.452)	114%
Outras Despesas Correntes	2.766.668.471	36.918.852.216	(34.152.183.745)	1334%
DESPESAS DE CAPITAL	434.219.181	495.928.646	(61.709.465)	114%
Investimentos	418.592.312	157.307.304	261.285.008	38%
Inversões Financeiras	15.626.869	338.621.342	(322.994.473)	2167%
TOTAL	15.477.560.643	51.420.531.304	(35.942.970.661)	332%

Em primeira análise, a execução das despesas correntes apresenta o percentual de 339% das despesas fixadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA (dotação). No entanto, dentro deste percentual, consta a execução de Precatórios e RPs, nas unidades da Justiça Federal, com dotação proveniente de outras unidades orçamentárias da União.

O grupo “Pessoal e Encargos” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 5.018.080.834,22 referente à execução de precatórios e RPs.

O saldo da dotação de “Outras Despesas Correntes” encontra-se negativo em razão da execução de outras unidades orçamentárias, em sua maioria de precatórios, RPs e pagamento de peritos no âmbito da assistência jurídica gratuita, no valor de R\$ 34.870.863.264,69, sem o respectivo destaque recebido.

O saldo da dotação de “Inversões Financeiras” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 338.621.342,22, referente à execução de precatórios e RPs.

Assim, caso desconsideremos esses valores, as despesas são ajustadas para o patamar abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	15.043.341.462	11.255.734.566	3.787.606.896	74,82%
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991	8.987.669.608	3.289.003.383	73,21%
Outras Despesas Correntes	2.766.668.471	2.268.064.957	498.603.514	81,98%
DESPESAS DE CAPITAL	434.219.181	157.307.304	276.911.877	36,23%
Investimentos	418.592.312	157.307.304	261.285.008	37,58%
Inversões Financeiras	15.626.869	-	15.626.869	-
TOTAL	15.477.560.643	11.413.041.869	4.064.518.774	73,74%

NOTA 13 – BF – INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	154.329.918.880,47	150.711.364.330,85	2,40%	97,05%
Resultantes da Execução Orçamentária	150.395.956.116,71	147.421.287.641,84	2,02%	94,57%
Cota Recebida	50.380.245.320,38	49.422.564.009,34	1,94%	31,68%
Repasso Recebido	1.723.637,84	1.240.056,34	39,00%	0,00%
Sub-repasso Recebido	99.999.751.844,36	97.997.268.079,34	2,04%	62,88%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	215.496,82	6505,81%	0,01%
TOTAL DE INGRESSOS	159.023.067.301,33	154.851.492.644,30	2,69%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) é possível identificar que as “Transferências Financeiras Recebidas” representam a maior parte dos ingressos apurados, correspondentes a 97,05%. É composta, principalmente, pelo movimento das contas de “Cotas Recebidas” e “Sub-repasso Recebido”, conforme demonstrado a seguir:

Resultantes da Execução Orçamentária	2023	%
Cota Recebida	50.380.245.320,38	33,5%
Repasso Recebido	1.723.637,84	0,0%
Sub-repasso Recebido	99.999.751.844,36	66,5%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	0,0%
Total	150.395.956.116,71	100,00%

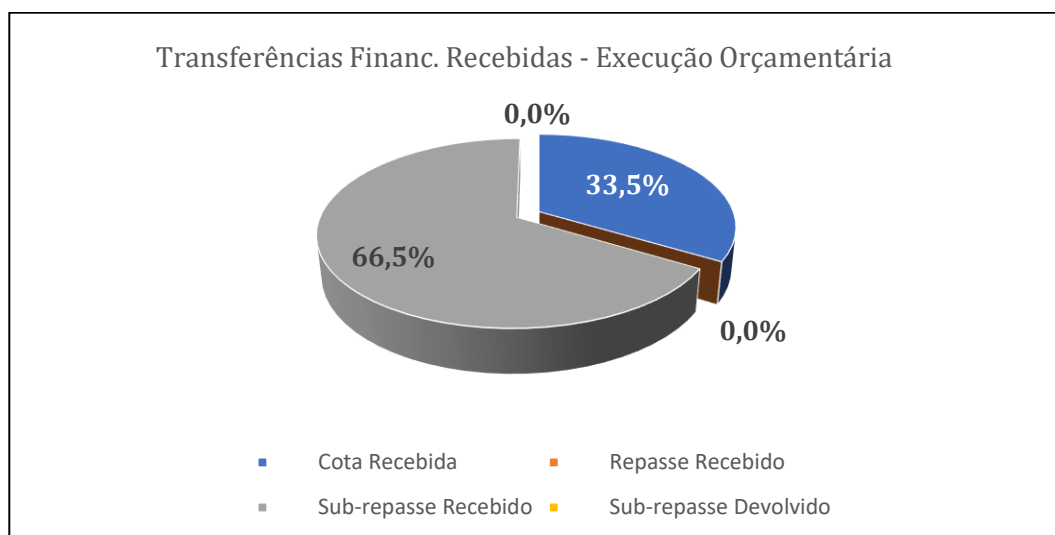


Gráfico 14

A variação de ambas é resultado da movimentação financeira necessária ao pagamento de precatórios e de RPV.

NOTA 14 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	154.329.918.880	150.711.364.331	2,40%	97,05%
Independentes da Execução Orçamentária	3.933.962.764	3.290.076.689	19,57%	2,47%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.912.419.076	2.667.168.980	46,69%	2,46%
Demais Transferências Recebidas	8.901.307	585.192.807	(98,48%)	0,01%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	12.642.381	37.714.902	(66,48%)	0,01%
TOTAL DE INGRESSOS	159.023.067.301	154.851.492.644	2,69%	100,00%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	103.040.380.944	100.542.424.595	2,48%	64,80%
Independentes da Execução Orçamentária	2.991.348.753	2.426.977.528	23,25%	1,88%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.578.241.089	1.909.181.035	35,04%	1,62%
Demais Transferências Concedidas	5.337.980	9.010.434	(40,76%)	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	407.769.684	508.786.058	(19,85%)	0,26%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	159.023.067.301	154.851.492.644	2,69%	100,00%

Os valores relativos às Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar são, em sua maioria, relacionados às movimentações financeiras necessárias para o pagamento de Precatórios e RPVs.

No entanto, ressalta-se que o processo de pagamento de tais obrigações exige que os recursos financeiros transitem por diversas unidades da Justiça Federal até chegar às chamadas UGs de Precatórios, que efetuarão os pagamentos. Com isso, tais movimentações geram registros contábeis de transferências recebidas/concedidas a cada vez que transitam pelas unidades, acarretando, dessa forma, valor expressivo na conta consolidada do Órgão.

NOTA 15 – BF – INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Recebimentos Extraorçamentários	2.516.945.065	2.195.302.304	14,65%	1,58%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	318.143.879	363.448.445	(12,47%)	0,20%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	909.132	608.049	49,52%	0,00%
Restituições a Pagar	21.759	781.524	(97,22%)	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.566	548	1828,10%	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	317.202.423	361.945.199	(12,36%)	0,20%
Valores para Compensação	-	113.125	(100,00%)	-
TOTAL DE INGRESSOS	159.023.067.301	154.851.492.644	2,69%	100,00%

INGRESSOS		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2023	AV
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	909.132	0,29%
Restituições a Pagar	21.759	0,01%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.566	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	317.202.423	99,70%
Valores para Compensação	-	-
Total	318.143.879	100,00%

Dentre os grupos que compõem os “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, cabe analisar os registros que integram o saldo de “Arrecadação de Outra Unidade”. Essa conta representa o montante financeiro arrecadado pela Justiça Federal, pertencente à receita orçamentária de outras unidades. No 3º Trimestre de 2023 a “Arrecadação de Outra Unidade” alcançou o valor total de R\$ 317.202.422,68 distribuído pelas seguintes Naturezas de Receita:

Arrecadação de Outra Unidade por Natureza de Receita	2023	%
Convênio Depósitos Judiciais	112.816.503	35,57%
Restit. Exercícios Anteriores	101.319.755	31,94%
Outras Receitas	37.312.007	11,76%
Ressarcimento de Custos	32.907.910	10,37%
Emolumentos e Custas	32.664.379	10,30%
Restit. Sentenças não Sacadas	181.868	0,06%
Total	317.202.423	100,00%

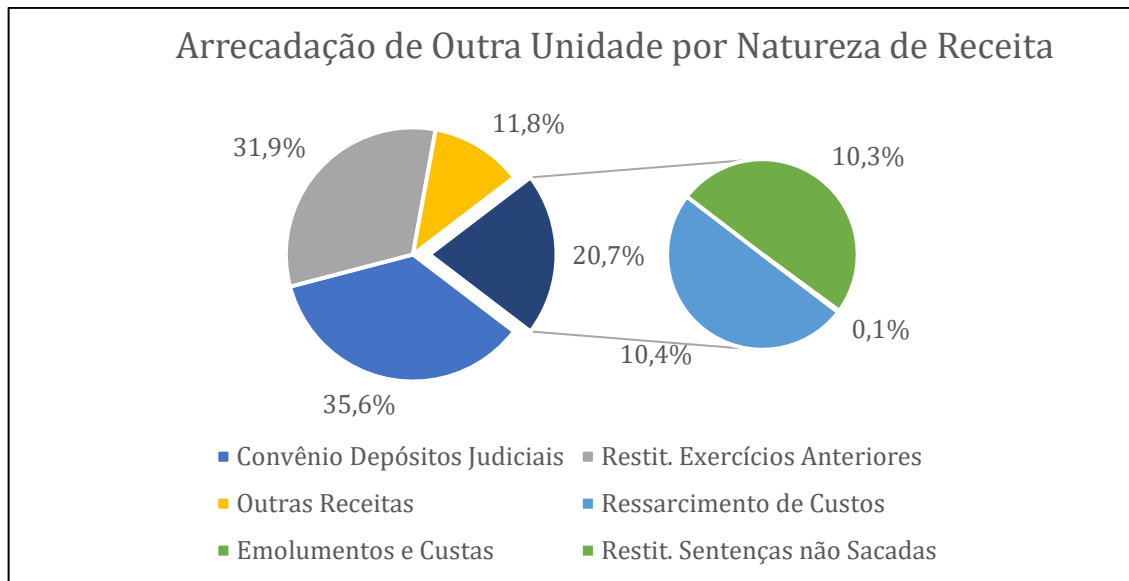


Gráfico 15

Ressalta-se que os valores registrados como “Arrecadação de Outra Unidade” correspondem à arrecadação realizada por nossas unidades na fonte 000 - Recursos Livres da União, a qual é registrada como receita realizada diretamente na Fazenda Nacional

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo da conta “Controle de Arrecadação na Unidade Arrecadadora” por fonte de recursos, conforme demonstrado a seguir:

Controle da Arrec. na Unidade Arrecadadora por Fonte	2023	%
Recursos Livres da União	317.202.423	80,61%
Serv.Afetos às Ativid.Específicas da Justiça	76.217.097	19,37%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	48.498	0,01%
Prog.Proteção Crianças e Adol.Ameaçados Morte	12.125	0,00%
Convênios	182	0,00%
Recursos a Classificar	-	0,00%
Total	393.480.323	100,00%

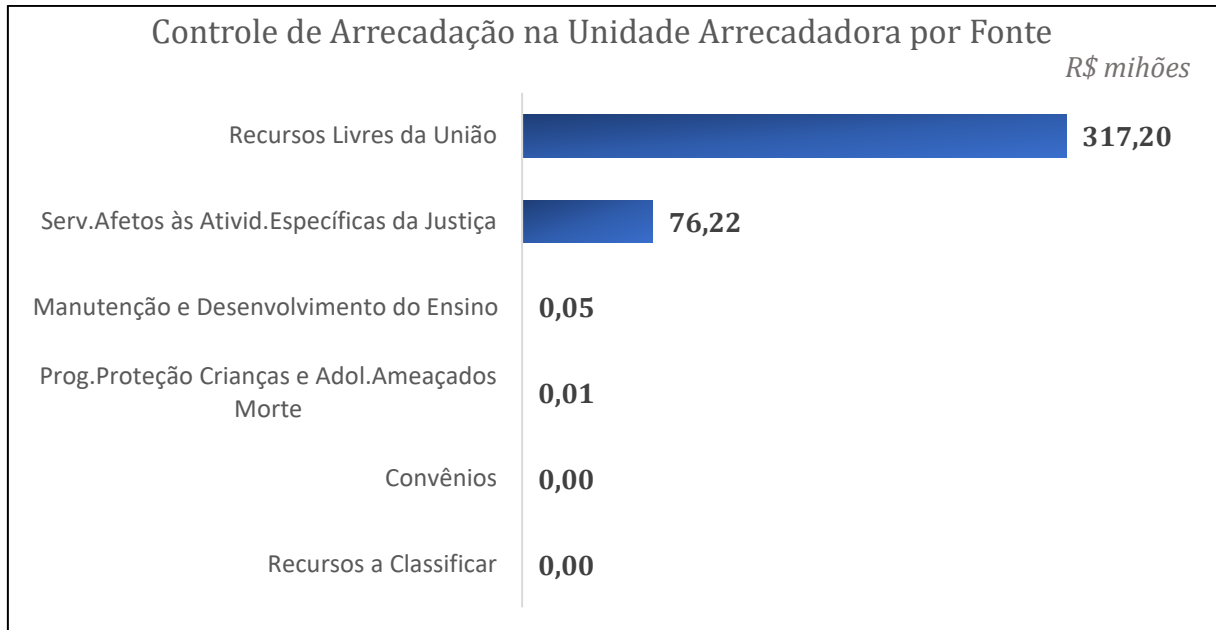


Gráfico 16

NOTA 16 – BF – DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Despesas Orçamentárias	51.420.531.304	50.244.072.779	2,34%	32,34%
Ordinárias	33.625.476.435	30.815.966.860	9,12%	21,15%
Vinculadas	17.795.054.869	19.428.105.919	(8,41%)	11,19%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	15.967.757.252	17.072.106.671	(6,47%)	10,04%
Previdência Social (RPPS)	1.695.538.229	1.586.946.573	6,84%	1,07%
Dívida Pública	2.184	-	-	0,00%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	131.757.204	769.052.675	(82,87%)	0,08%
TOTAL	159.023.067.301	154.851.492.644	2,69%	100,00%

Despesas Orçamentárias Vinculadas	2023	%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	15.967.757.252	89,73%
Previdência Social (RPPS)	1.695.538.229	9,53%
Dívida Pública	2.184	0,00%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	131.757.204	0,74%
TOTAL	17.795.054.869	100,00%

Dentre as despesas Orçamentárias vinculadas, que nesse 3º Trimestre de 2023 apresentou saldo de R\$ 17.795.054.869, cabe destacar o item denominado "Seguridade Social (Exceto Previdência)", formado pelas fontes de recursos 001 – Recursos Livres da Seguridade Social e fonte 002 – Atividades-fim da Seguridade Social, conforme abaixo:

Seguridade Social (Exceto Previdência) - por Fonte de Recursos	2023	%
001 - Recursos Livres Da Seguridade Social	5.410.872	0,03%
002 - Atividades-Fins Da Seguridade Social	15.962.346.380	99,97%
Total Seguridade Social (Exceto Previdência)	15.967.757.252	100,00%

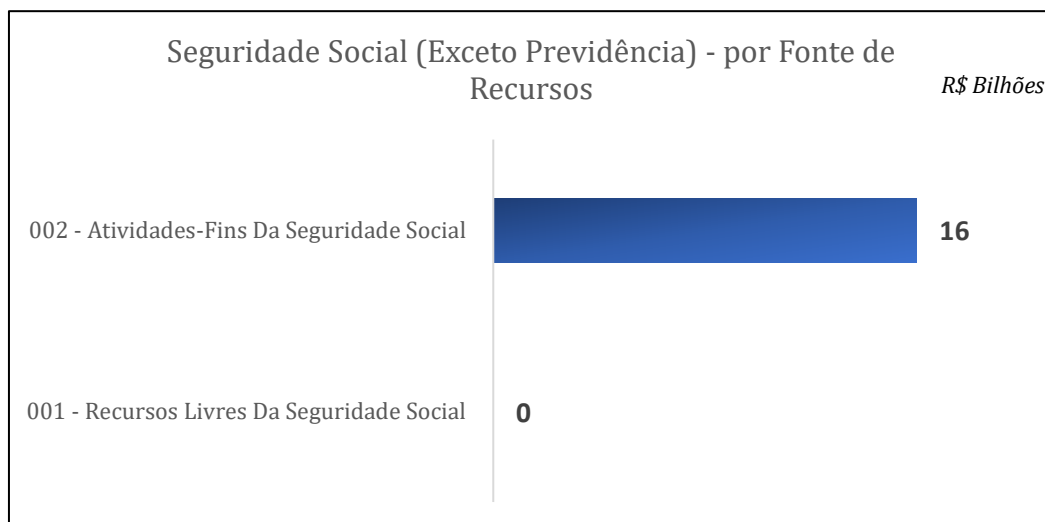


Gráfico 17

NOTA 17 – BF – DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	103.040.380.944	100.542.424.595	2,48%	64,80%
Resultantes da Execução Orçamentária	100.049.032.191	98.115.447.067	1,97%	62,91%
Repassé Concedido	5.815.365	5.678.188	2,42%	0,00%
Sub-repassé Concedido	99.999.751.844	97.997.268.079	2,04%	62,88%
Cota Devolvida	29.229.668	112.285.304	(73,97%)	0,02%
Sub-repassé Devolvido	14.235.314	215.497	6505,81%	0,01%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	159.023.067.301	154.851.492.644	2,69%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) verifica-se que as “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” representaram, no 3º Trimestre de 2023, 62,91%.

O grupo de contas “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” reflete o movimento financeiro necessário ao pagamento de precatórios e RPV, sendo composto, majoritariamente pelo movimento das contas de “Sub-repassé Concedido” (99,95%).

Transf. Financ. Conced. Result. Exec. Orç.	2023	%
Repassé Concedido	5.815.365	0,01%
Sub-repassé Concedido	99.999.751.844	99,95%
Cota Devolvida	29.229.668	0,03%
Sub-repassé Devolvido	14.235.314	0,01%
Total	100.049.032.191	100,00%

NOTA 18 – DFC – Fluxos de Caixa - por Atividade

Geração Líquida e Equivalentes de Caixa - Por atividades	2023	2022	AH
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	825.588.723	1.007.335.035	(18,04%)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(485.702.012)	(233.737.024)	107,80%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Total	339.886.711	773.598.011	(56,06%)

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias, extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias da Justiça Federal.

O fluxo de caixa das atividades operacionais do 3º Trimestre de 2023 foi 18,04% menor que o do mesmo período do exercício de 2022. Houve um aumento de R\$ 3.875.557.130 nos desembolsos, e os ingressos aumentaram em R\$ 3.693.810.818, resultando em uma diminuição do fluxo de caixa das atividades operacionais no valor de R\$ 181.746.313.

O aumento dos ingressos ocorreu basicamente em função das “Transferências Financeiras Recebidas”, que responde por 99,41% do total dos ingressos, num montante correspondente a R\$ 154.329.918.880, conforme demonstrado a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	825.588.723	1.007.335.035	(18,04%)	100,00%
INGRESSOS	155.240.355.647	151.546.544.829	2,44%	100,00%
Receita Tributária	76.217.097	69.130.919	10,25%	0,05%
Receita de Serviços	-	42.688	(100,00%)	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	60.623	36.964.124	(99,84%)	0,00%
Transferências Recebidas	182	55.307	(99,67%)	0,00%
Intragovernamentais	182	-	-	0,00%
Outras Transferências Recebidas	-	55.307	(100,00%)	-
Outros Ingressos Operacionais	155.164.077.746	151.440.351.792	2,46%	99,95%
Ingressos Extraorçamentários	516.924.119	366.147.065	41,18%	0,33%
Restituições a Pagar	21.759	781.524	(97,22%)	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.566	548	1828,10%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	154.329.918.880	150.711.364.331	2,40%	99,41%
Arrecadação de Outra Unidade	317.202.423	361.945.199	(12,36%)	0,20%
Valores para Compensação	-	113.125	(100,00%)	-
DESEMBOLSOS	(154.414.766.924)	(150.539.209.794)	2,57%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	(49.453.269.111)	(48.495.188.001)	1,98%	32,03%
Judiciário	(7.103.791.283)	(6.558.151.353)	8,32%	4,60%
Essencial à Justiça	(344.262)	(246.107)	39,88%	0,00%
Administração	(7.747)	(9.497)	(18,42%)	0,00%
Previdência Social	(1.570.145.792)	(1.453.649.924)	8,01%	1,02%
Educação	(2.179)	-	-	0,00%
Encargos Especiais	(40.779.886.979)	(40.483.739.169)	0,73%	26,41%

(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	909.132	608.049	49,52%	(0,00%)
Transferências Concedidas	(1.288.423.751)	(1.123.757.576)	14,65%	0,83%
Intragovernamentais	(1.285.923.751)	(1.123.757.576)	14,43%	0,83%
Outras Transferências Concedidas	(2.500.000)	-	-	0,00%
Outros Desembolsos Operacionais	(103.673.074.063)	(100.920.264.217)	2,73%	67,14%
Dispêndios Extraorçamentários	(632.351.832)	(377.837.787)	67,36%	0,41%
Transferências Financeiras Concedidas	(103.040.380.944)	(100.542.424.595)	2,48%	66,73%
Valores Compensados	(34.296)	-	-	0,00%
Demais Pagamentos	(306.992)	(1.835)	16625,32%	0,00%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(485.702.012)	(233.737.024)	107,80%	100,00%
DESEMBOLSOS	(485.702.012)	(233.737.024)	107,80%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	(119.371.502)	(131.454.000)	(9,19%)	24,58%
Outros Desembolsos de Investimentos	(366.330.510)	(102.283.024)	258,15%	75,42%

Dos desembolsos, as despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Fazenda.

Dos recursos financeiros recebidos para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, R\$ 49,45 bilhões (32,03%) se referem a “Pessoal e Demais Despesas”; R\$ 1,29 bilhão (0,83%) a “Transferências Concedidas; e, R\$ 103,67 bilhões (67,14%) se referem a “Outros Desembolsos Operacionais”.

No 3º Trimestre de 2023 os desembolsos das atividades operacionais referentes à despesa orçamentária “Pessoal e Demais Despesas”, na função “Judiciário”, totalizaram R\$ 7,103 bilhões, correspondendo a 4,6% do total de desembolso. O maior item de desembolso com “Pessoal”, entretanto, refere-se a “Encargos especiais”, no percentual de 26,41%, correspondendo a R\$ 40,78 bilhões.

O valor mais significativo do total de desembolsos, correspondendo 66,73% do total, refere-se ao item “Transferências Financeiras Concedidas”, necessárias ao pagamento de precatórios e RPV (R\$ 103,04 bilhões).

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. Não houve ingressos de Investimentos, apenas desembolsos, os quais compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes (24,58%) e outros desembolsos de investimento (75,42%). Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos aproximadamente R\$ 485,7 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem.

NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa

Resultado Financeiro BF X DFC	2023	2022	AH
Caixa e equivalentes de caixa inicial	825.588.723	1.007.335.035	14,21%
Caixa e equivalente de caixa final	(485.702.012)	(233.737.024)	(7,78%)
Geração líquida e equivalente de caixa	339.886.711	773.598.011	(54,50%)

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do 3º Trimestre de 2023 a Geração Líquida de Caixa foi positiva em R\$ 339.886.711, apresentando uma redução de 56,06% em comparação ao mesmo período de 2022.

Referências

Legislação:

Lei 4.320/1964:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Lei nº 13.463/2017:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm

Publicações:

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 9ª edição. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

Sites:

<https://manuais.tesouro.gov.br/siafi>

<https://siafi.tesouro.gov.br/>

<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>

<https://www.conjur.com.br/2014-jan-26/segunda-leitura-breve-balanco-historia-justica-federal-brasil>

<https://www.cjf.jus.br/cjf/>